

O Ensino de Filosofia na educação básica

Teaching philosophy in basic education

Raimundo Rodrigues da Silva¹

Edna Maria Magalhães do Nascimento²

Resumo: O presente artigo intitulado o ensino de filosofia na educação básica versa sobre o ensino de filosofia, mais especificamente nas escolas de educação básica. O assunto é voltado para a presença da filosofia na educação, aquela articulada e determinada pelas políticas educacionais, e questionada sobre sua forma de contribuição para a vida cotidiana de nossos jovens estudantes. A questão que se aborda é se ensino de Filosofia está mais interessado em transmitir conhecimentos e saberes poucos ou menos especificados, seguindo este modelo de sociedade que só considera o direito de existir ao que tiver alguma finalidade prática, visível e de utilidade imediata. Questiona-se o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado, como deve ser aprendido e qual utilidade terá. Para alguns autores consultados, algumas respostas são possíveis para o problema em estudo, pois para muitos deles, no nosso atual contexto educacional, o que vemos é uma filosofia deslocada das nossas realidades. Supõe-se que aquilo que ora vemos é uma didática filosófica voltada para a erudição, ora para o exercício da cidadania, ou apenas como um conteúdo a mais complementando currículos. O presente artigo discute o papel e o sentido da filosofia na educação básica, seus métodos, e seus entraves, e como a disciplina tem contribuído para um conhecimento crítico e social das pessoas e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Brasil. Ensino. Filosofia. Educação Básica. Sentido.

Abstract: This article entitled the teaching of philosophy in basic education deals with the teaching of philosophy, more specifically in basic education schools. The subject is focused on the presence of philosophy in education, that articulated and determined by educational policies, and questioned about its way of contributing to the daily life of our young students. The question that is addressed is whether teaching Philosophy is more interested in transmitting knowledge and knowledge few or less specified, following this model of society that only considers the right to exist to what has some practical purpose, visible and immediate utility. It questions what should be taught, how it should be taught, how it should be learned, and what use it will be. For some authors consulted, some answers are possible to the problem under study, because for many of them, in our current educational context, what we see is a philosophy displaced from our realities. It is assumed that what we now see is a philosophical didactics focused on scholarship, or for the exercise of citizenship, or just as a content to complement curricula. This article discusses the role and meaning of philosophy in basic education, its methods, and its obstacles, and how discipline has contributed to a critical and social knowledge of people and society as a whole.

Keywords: Brazil. Teaching. Philosophy. Basic Education. It's sense.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a problemática da inserção e permanência do ensino de filosofia vem ocupando pauta nas discussões, uma vez por outra, a reflexão sobre o clichê de que a solução para o Brasil é a educação surge e nos deparamos com a pergunta; “mas que tipo de

¹ Raimundo Rodrigues da Silva, bacharelado e licenciatura plena em Filosofia e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí, Mestre em Filosofia Profissional Prof-filo pela UFPI.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-doutora na área de epistemologia contemporânea pela Universidade de Navarr-Espanha.

educação seria a ideal para a nossa sociedade?”. A resposta esperada é quase sempre a de que seja uma educação capaz de fazer cidadãos e cidadãs pensarem de forma crítica, autônoma e reflexiva e dentro dessa discussão uma dúvida é renovada sempre que a questão é pensada e posta em pauta. Para Severino (1999, p. 8), ”a questão inicial é sobre o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado, como deve ser aprendido e qual utilidade terá”.

A ideia entre os autores que debatem sobre o ensino de filosofia na educação básica é unânime em afirmar que existe uma crise no ensino de Filosofia no Brasil e está crise se inicia já nas Universidades, quando nos cursos de licenciatura em Filosofia os estudantes não são devidamente preparados para o ofício de professores de filosofia e sim como filósofos. Isto nos leva a questionar sobre o “ensino de filosofia” que tem acontecido no Brasil e que tem sido caracterizado como uma escolastização³ do pensar.

Neste artigo abordaremos a questão sobre o ensino de Filosofia nas escolas de educação básica na qual se justifica a necessidade deste estudo, defendendo que como professores da matéria de filosofia nos sentimos um tanto quanto deslocados dentro da discussão. O texto está assim estruturado: Na seção 1 discorremos sobre o ensino da filosofia no Brasil, enfatizando os questionamentos sobre a importância da disciplina e as dificuldades para o exercício do seu ensino e aprendizado. Na seção 2, tratamos de questionar o sentido do ensino de Filosofia, observando as discussões sobre o mesmo pela ótica de autores como Silvio Gallo, Antônio Joaquim Severino, Marilena Chauí, entre outros. Na seção 3 tecemos considerações sobre a filosofia enquanto disciplina, as prerrogativas que a mesma propõe e como deve ser ministrada na educação básica. E na seção 4, abordamos diversas opiniões sobre se e como a leitura de texto deve ser trabalhada em sala de aula; sua forma de contextualização, interpretação e utilidade para o exercício do conhecimento dos alunos.

Freire (1996) ao citar Souza e Francisco (2016) nos lembra de que o ensino de filosofia nas escolas constitui-se um grande desafio diante das perspectivas contemporâneas e que:

Precisa haver motivação para a pesquisa, para a busca, mas na maioria das vezes, apresenta-se como reprodutivo, no sentido de ser apenas aquele em que se estabelece a cronologia, a história de alguns dos pensadores ou filósofos. Nesse sentido, ainda é possível encontrar educador que privilegia filósofos, cujo estudo é mais simples, excluindo temas mais complexos. Há educador que ensina

³ Severino (1999) utiliza este termo para justificar uma tendência normal de ensino aprendizagem escolar nos moldes acadêmicos desprovidos de questionamentos.

a filosofia apenas de maneira explicativa, descartando a aproximação dos temas explicitados em sala de aula com a realidade, as discussões transversais e inerentes à vida (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 524).

1. O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Sobre como a contribuição da Filosofia para a educação básica brasileira pode se avaliar, é necessário admitirmos que o conhecimento seja adquirido através das experiências e dos meios de relações com o ambiente social, cultural e escolar. Sua função na educação básica seria “[...] desenvolver, sobretudo, o senso crítico, através de questionamentos insaciáveis em relação a determinados temas, fatos, ações, pensamentos, sentimentos” (ARANHA; MARTINS, 1996, p.26).

Nesse aspecto, conforme afirma Gallo.

Tomar o aprendizado da filosofia regressivamente, partindo dos conceitos para poder compreender os problemas que os suscitaram, é algo que mobiliza, no aprendiz de filosofia, a experimentação dos problemas como experiência sensível (GALLO 2012, p. 85).

Aranha (1995, p. 51), afirma que as disciplinas pedagógicas são vistas comumente sob um prisma eminentemente didático, isto é, tecnológico. Tudo se passa como se a formação do professor devesse instrumentá-lo com métodos e técnicas, quando talvez fosse muito mais interessante preparar o professor a partir da discussão de questões substantivas de educação nos seus aspectos filosóficos, históricos, sociais e políticos. Segundo Godói:

O que notamos tanto na rede pública de ensino quanto na privada é que quando a filosofia chega ao ensino médio, grande parte dos alunos a detestam, pois são tomados pelas teorias dos grandes pensadores. Não percebem a possibilidade de experiências filosóficas como algo prazeroso, no sentido de pensar como o outro pensou, de viver a Filosofia no seu dia-a-dia e no desenvolvimento do seu pensamento (GODÓI, 2007, p. 23).

Para Trevisan e Rossato (2004, p. 203), os argumentos para justificar tal opção dizem respeito à ideia de que o aluno tem que dominar de forma competente a tradição filosófica e ser bom como professor independente da formação pedagógica que tiver, pois esta ideia é concebida apenas como um ornamento, um apêndice. Entretanto Formar um professor de Filosofia seria o mesmo que formar um pesquisador em Filosofia?, Formar um professor de

Química seria o mesmo que formar um pesquisador em Química?; a partir da questão levantado pelos autores existe uma diferença entre ambas as categorias, mas é possível dentro do âmbito da academia haver o preparo do aluno de filosofia para exercer a docência e a pesquisa. Os autores acrescentam que:

O professor seria o agente responsável instaurador do processo educativo, apresentando-se comprometido inteiramente com tais intenções, objetivos e finalidades, justamente por ter sido preparado para o exercício desta profissão (TREVISAN; ROSSATO 2004, p. 203).

Sobre isso, Souza e Francisco (2016, p. 525) lembram que Nietzsche (1983), nos adverte para a morte da Filosofia. Segundo esse pensador, quando recorremos à exposição formal e erudita da história dos pensamentos, não educamos para a sabedoria, nada mais fazemos do que preparar o estudante para provas. Por isso mesmo, em função desse estranho ao filosofar, a Filosofia é motivo de escárnio e de desprezo entre os estudantes.

Como vimos no início deste artigo, as dificuldades enfrentadas no ensino de filosofia na educação básica brasileira tem sido motivo de constantes questionamentos. Gallo *et al* (2004) perguntam:

Como nossos cursos de licenciatura estão procedendo? Como as atividades de “Prática de Ensino em Filosofia” estão sendo desenvolvidas? Como tem sido pensado e praticado o “Estágio Supervisionado em Filosofia”? Como as disciplinas de “Didática Específica em Filosofia” têm colocado a questão do ensino e o papel do professor de filosofia nessa atividade (GALLO *et al*, 2004, p. 9).

Ainda, segundo o autor, “a presença da filosofia, aquele determinado pelas políticas educacionais, nem sempre é uma presença desejável, que faça sentido e contribua para a vida cotidiana de nossos jovens” (Gallo 2012, p. 28).

Isso, em breves palavras, significa certo desprezo pela disciplina de filosofia, o que a coloca na posição de um conhecimento que pode ser perfeitamente desprezível. Sem nos adentrar demais nesse aspecto referente ao ensino de filosofia, restringiremos nosso estudo à compreensão sobre a importância que a matéria tem para a educação básica brasileira, e quais os meios de ministrá-la em sala de aula, considerando seus aspectos sociais e sua contribuição para a formação da cidadania. A seguir, discorreremos sobre o ensino dessa matéria em sala de aula, e o sentido que ela possa ter na formação dos cidadãos e cidadãs.

2 O SENTIDO DO ENSINO DE FILOSOFIA NA ESCOLA

Não é de hoje que o ensino de filosofia nas escolas, assim como o seu sentido, vem sendo questionado não só pelos professores, mas também pelos estudiosos que se debruçam sobre a temática segundo (GALLO, 2012, p. 26), “A presença da filosofia na escola não é um empreendimento tranquilo. Muitos são os obstáculos a serem superados.”. Primeiramente, sobre a possibilidade da inclusão dessa disciplina no currículo escolar, o autor endossa que:

Para que essa presença seja possível; sobretudo porque, quando uma instituição opta por incluir filosofia em seu currículo ou quando uma política educacional dispõe sobre a inclusão da filosofia nos currículo escolar, isso se faz em nome de certa filosofia e em nome de certas intenções para com a filosofia (GALLO, 2012, p. 27).

O ensino de filosofia pode ser inserido na escola, mais especificamente na educação básica, assim defende-se e justifica-se a sua inserção para Gallo:

Quando tratamos do ensino de filosofia é necessário que tomemos uma posição, que nos coloquemos no campo de uma determinada concepção filosófica. E, fundamental, que deixemos isso claro; que evidenciemos a posição filosófica com base na qual pensamos e ensinamos (GALO, 2012, p. 39).

Para Gontijo e Valadão (2004, p. 289), acrescentam que; “podemos afirmar que sua presença pode significar, neste contexto, uma postura política”, e isso implica na intencionalidade do ato do compromisso e, sobretudo da postura do docente com a filosofia. Mas qual seria a parte prática da Filosofia na escola, em termo da transmissão de conhecimentos? Conforme Aranha e Martins (1996, p. 26), “a prática da filosofia na escola deve desenvolver, sobretudo, o senso crítico, através de questionamentos insaciáveis em relação a determinados temas, fatos, ações, pensamentos, sentimentos”. Para esses autores, o ensino de Filosofia

Deve despertar um conhecimento de caráter universal, que visa o desenvolvimento de uma educação que não se concentra apenas na sala de aula e na escola, mas uma educação que ultrapasse os muros da escola, fundamentando, assim, a importância da reflexão filosófica do aluno (ARANHA; MARTINS, 1996, p. 26).

Nota-se que diante do exposto a Filosofia tem seu sentido na educação básica, podendo-se concluir que ela vai além do simples fato de dá-se a conhecer como disciplina,

mas também por tantas outras funções no que concerne com as demais áreas do saberes, ou seja, a manutenção com diálogo permanente nessas áreas do conhecimento. “A filosofia será, o ponto de ancoragem na educação entre as diversas disciplinas, no qual o homem desenvolve seu próprio alicerce, ou seja, o raciocínio” (GODÓI, 2007, p. 26).

Mas ainda resta uma questão crucial nesse debate, que seria o motivo ou razão para que a Filosofia seja ensinada nas escolas. Para Cerletti

A questão por que ensinar filosofia nas escolas tem adquirido certa ressonância nos últimos tempos. O tema apresenta diversas arestas, o que seria conveniente revisar. Por certo, a pergunta “por que ensinar filosofia nas escolas?” não será a mesma se for colocada por um filósofo ou por alguém que nunca teve contato formal com a filosofia, ou por um funcionário que está decidindo que matéria inclui ou exclui da grade curricular de um nível de educação obrigatória. Uma mesma interrogação pode como já visto ter uma intencionalidade filosófica, ou não (CERLETTI 2009, p. 41).

Mas ainda haveremos de perguntar: Que Filosofia seria esta a ser ensinada nas escolas? A pergunta que muitos professores fazem é pertinente, pois até que ponto os temas e doutrinas filosóficas tratadas em sala de aula têm haver com a realidade dos estudantes, é necessário apostar numa filosofia que atraia os estudantes na medida em que eles se tornem protagonistas no exercício do pensar.

Godói (2007, p. 26) lembra que Lipman (1990) “dizia que fazer filosofia não é questão de idade, mas de habilidade em refletir escrupulosamente e corajosamente sobre o que se considera importante”.

Para Henning (2004 p. 25), uma abordagem sistemática sobre o ensino de filosofia e as questões decorrentes desta discussão relativas à adequação às idades dos educandos, à pertinência dos conteúdos filosóficos aos interesses dos alunos, ou ainda, à defesa da importância da filosofia para a formação da criança desde o início de sua vida escolar, nos parece um problema recente. E o autor endossa que:

Desde o final da década de sessenta e início da seguinte, o ensino de filosofia para crianças ainda em escolaridade fundamental, passou a chamar a atenção, principalmente, dos filósofos, educadores, psicólogos e pais interessados com a formação equilibrada e saudável da criança diante dos rumores e turbilhão dos movimentos políticos e sociais que agitavam o mundo da época. Para muitos deles, ensinar filosofia desde a educação infantil, poderia se constituir numa saída eficaz (HENNING, 2004, p. 25).

A filosofia sempre esteve no centro do debate e em especial nessas últimas décadas no qual seu espaço amplia cada vez mais a necessidade da importância de um projeto político

pedagógico filosófico que favoreça a emancipação da filosofia enquanto disciplina na educação básica.

Encerramos este tópico com as palavras de Cotrim (1988), quando o mesmo afirma que a filosofia tem uma grandíssima tarefa a desempenhar em nossas escolas, que seria desenvolver no estudante o senso crítico que implica na superação das concepções ingênuas e superficiais sobre os homens, a sociedade e a natureza, concepções estas forjadas pela “ideologia” social dominante. “Para isso é necessário que o ensino da filosofia estimule o desenvolvimento da reflexão do estudante e forneça-lhe um conjunto de informações sobre reflexões já desenvolvidas na história do pensamento filosófico. (COTRIM 1988, p.19)”.

3 SOBRE OS CONTEÚDOS DE FILOSOFIA NA ESCOLA

Faoze Chibli, filósofo, educador e jornalista que escreve sobre educação e humanismo, assim se expressa em uma de suas matérias escritas: “eu saúdo com alegria a recuperação do ensino de filosofia no ensino médio, desde que o conteúdo seja não doutrinário”. Não seja um conteúdo catequético (CHIBLI, 2007, p. 8). E um pouco adiante, ele diz:

Filosofia é um conteúdo curricular que tende a aparecer dentro da educação de maneira geral. Mas não se confunda conteúdo com componente O conteúdo não pode ficar ausente em qualquer forma de educação. Um dos momentos mais cautelosos em seleção de conteúdo é você olhar se é conveniente tratar algumas temáticas com quem está dando parte de si mesmo (CHIBLI, 2007, p. 9).

Nas palavras de Nascimento e Araújo (2019, p. 35). “a questão do ensino de Filosofia traz em seu bojo a questão do método de ensino de Filosofia, que deve ser filosófico, atendendo a referência em Platão”. Quanto à questão curricular, importa também refletir como ele se dá no contexto do ensino de filosofia nas escolas. Sobre a definição de um currículo para a disciplina de filosofia, Gallo (2004), alega que:

Na medida em que não temos um currículo definido para o ensino da filosofia, seria de se esperar, pois, que os conteúdos trabalhados fossem os mais diversos possíveis; porém, nas mais distintas pesquisas, realizadas nos diferentes estados, o que vemos é uma curiosa repetição. Os temas, assuntos, problemas, filósofos trabalhados nas aulas do ensino médio são espantosamente parecidos (GALLO, 2004, p. 216).

“O que o programa oficial desta disciplina pode indicar, é a história da evolução filosófica, a apreciação crítica da influência de cada escola” (FILHO, 1959, p. 10). Carrilho (1987, p. 11) defende que, “ensinar Filosofia enquanto disciplina escolar implica determinar uma ordem de conhecimentos e práticas a que se poderia denominar ordem da transmissibilidade”. Para Murcho (2008, p. 91) “o estudante tem que ser estimulado e ajudado a pensar por si nos problemas, teorias e argumentos da filosofia”. Aquilo que se enuncia pela designação aula é um espaço em que se efetivam as condições da transmissibilidade: “um trabalho que articula materiais e linguagens, conceitos e procedimentos, explicitando o que, já intrinsecamente na disciplina, é disposição para a transmissibilidade” (FAVARETTO, 1993, p.98).

Gontijo e Valadão (2004) fazem os seguintes questionamentos: possível pensar, por exemplo, a educação de uma forma filosófica, crítica, transformadora, dentro da própria escola? Vários aspectos do ensino de filosofia muitas vezes têm sido abordados de forma “pedagógica”, “o que mostra que, além dos desafios de ampliação da presença da filosofia na escola, essa ampliação já é parte do cotidiano escolar” (GONTIJO E VALADÃO, 2004, p. 5).

Nesse sentido é preciso ressaltar que cabe ao professor colocar o aluno em contato com diferentes modalidades discursivas. “Qualquer que seja o programa escolhido – ético, estética, filosofia política – não se pode esquecer que a leitura filosófica retém o essencial da atividade filosófica” (FAVARETTO, 1995, p.80); ou ainda:

É preciso acentuar que uma leitura não é filosófica apenas porque os textos são tidos por filosóficos – ou porque seus autores são considerados autores da história da filosofia, de Platão a Sartre -, uma vez que se podem ler textos filosóficos sem filosofar e ler textos considerados artísticos, políticos, jornalísticos filosoficamente (LYOTARD, 1993, p.117).

Fazendo uso das palavras de Cerletti (1999), nós que nos dedicamos ao ensino da filosofia na educação básica temos como habitual acompanhante na nossa vida profissional duas perguntas muito simples que parecem ser as orientadoras de nossos passos didáticos mais decididos, mas também de nossas preocupações filosóficas mais reiteradas: Como ensinar? O que ensinar? Ensinar filosofia supõe pôr em ação uma atividade ou uma prática a partir de certas questões que não estão constituídas como um campo fechado de saberes.

Quanto à questão curricular, esta pode ser pensada de diversas maneiras: como plano de estudos, como um elenco de disciplinas, como uma postura filosófica, como um guia de experiências de aprendizagens, dentre tantas outras representações. “[...] Para enfrentar as injunções de sua atividade, antes de definirem-se por conteúdos, procedimentos e estratégias precisa definir para si mesmo o lugar de onde pensa e fala” (FAVARETO, 1993, p. 97).

Segundo Favaretto (1993), a filosofia deve ser considerada uma disciplina, do nível das demais. disciplina, pois ela é um conjunto específico de conhecimentos com características próprias sobre ensino, formação etc. Não é, entretanto, como diz o sentido latino da palavra disciplina a instrução que o aluno recebe do mestre; não guarda mais o sentido de ginástica intelectual, de disciplinamento da inteligência; diz respeito, hoje, mais à ideia de exercício intelectual, mesmo que isto seja um tanto restritivo. Mas, como disciplina do currículo escolar ela mescla conteúdo cultural, formação e exercício intelectual a partir de seus materiais, mecanismos e métodos, como qualquer outra disciplina. Não há razão, pois, para ser tratada como uma atividade fora das contingências do currículo.

As práticas docentes em filosofia desdobram-se também na questão dos conteúdos disciplinares. Quais os conteúdos de filosofia a serem trabalhados num currículo de ensino médio? A única diretriz legal que temos no inciso III do parágrafo 1º do Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que os conteúdos de filosofia a serem trabalhados no ensino médio são aqueles necessários ao exercício da cidadania. Mas que conteúdos são estes? E poderíamos ainda emendar: o que é mesmo cidadania? (GALLO, 2004, p. 216).

Ensinar Filosofia enquanto disciplina escolar implica determinar uma ordem de conhecimentos e práticas a que se poderia denominar ordem da transmissibilidade, inscrita na própria história da Filosofia. A busca dessa ordem dedica-se a especificar aquilo que na ação pedagógica é dimensionado como ensinável, embora tendo em vista que não se desdenhe o inensinável, este indeterminado da educação. O foco de atenção de cada disciplina, como se sabe, diz respeito ao que pode ser ensinado e aprendido (incluindo-se aí o como se aprende), enquanto processos pensados institucionalmente; isto é, a determinação do que pode e deve ser aprendido tendo-se em vista as necessidades de formação e saber inscritos culturalmente e solicitados socialmente. (FAVARETTO, 1993, p. 6).

Entendemos então que a partir da concepção de que um elemento indispensável para a formação do cidadão é o contato com a Filosofia, passa a ser legítima a procura pelos meios

pelos quais essa nova disciplina possa atender à expectativa posta sobre ela. Tomando como referência os antigos gregos, o que este trabalho propõe é utilizar os conhecimentos da oratória e da retórica como possíveis resposta a está busca. Por meio do contato com estes dois campos de saberes, o indivíduo passa a possuir maior autonomia, aprendendo a reconhecer as maneiras pelas quais pode conquistar pelas palavras seu espaço social.

Para os que trabalham com o ensino de filosofia, um dos maiores desafios será além de cumprir o papel de auxiliar os jovens no processo de amadurecimento para o exercício da cidadania, construir condições adequadas para o exercício da função de educador, no âmbito da formação humana e no que diz respeito a materiais didáticos adequados.

Filosofia, se não é capaz de responder a tantas questões quantas gostaríamos, tem ao menos a capacidade de formular perguntas que aumentam o interesse do mundo, e mostram a estranheza e a maravilha contidas logo abaixo da superfície mesmo nas coisas mais triviais do cotidiano (RUSSELL, 1997. p. 24).

Sobre a atuação do professor em sala de aula, Obiols (2002) nos lembra de que desde sempre muito poucos têm sido os filósofos que foram também professores de filosofia e,

Proporcionalmente, todavia menos os professores de filosofia que foram filósofos. Poderíamos dizer, em consequência, que, assim como os corpos idioelétricos não são condutores de eletricidade, os filósofos não são professores de filosofia. Em verdade, para aquele que pensa por si mesmo esta tarefa o estorva mais que qualquer outra. Pois a cátedra de filosofia é de certo modo um confessionário público, onde alguém faz sua profissão de fé *coram populo*⁴ (OBIOLS, 2002, p. 80-90).

Para o autor, nesse contexto em que se encontra o professor, o mesmo fica impossibilitado, muitas vezes, de se atualizar para desenvolver uma aula significativa que favoreça para que o aluno sintá-se acolhido em um ambiente de caráter crítico e análogo acerca dos fatos e das ações que os rodeiam.

Aprender a filosofar só pode ser feito estabelecendo um diálogo crítico com a filosofia. Do que resulta que se aprende a filosofar aprendendo filosofia de um modo crítico, quer dizer, que o desenvolvimento dos talentos filosóficos de cada um se realiza pondo-os à prova na atividade de compreender e criticar com a maior seriedade a filosofia do passado ou do presente não tem esse ponto aqui (OBIOLS, 2002, p. 77).

⁴ Expressão latina que significa “em presença do povo”, “em voz alta sem receio”, em público.

Para Godói (2007, p. 23), o professor sabe – ou deveria saber – descrever como seu aluno processa determinado conhecimento e que um novo conhecimento necessita de outros já predeterminados e, conseqüentemente, aprendidos. E a autora endossa que “para esse profissional não pode faltar uma visão ampla sobre como ensinar e como o processo de aprendizagem se dará em seus alunos”. E como dizia Heidegger (1995, p. 45), “o filosofar exige calma, diálogo do professor com seus alunos, muita leitura e muita reflexão para, então, com o tempo, acontecer o amadurecimento do pensar do educando”.

4 SOBRE A LEITURA FILOSÓFICA

Segundo Jean-François Lyotard (1983, p.21) a “leitura filosófica” permite que o leitor se transforme na leitura, pois interfere nos modos habituais da recepção”; ou, como dizia Gilles-Gaston Granger (1989, p.220), a “leitura filosófica” “é uma atividade produtiva que reconstrói um imaginário oculto, sob a literalidade do texto”. Entretanto, o curso de filosofia “ não ensina apenas aquilo que é preciso ler, mas como se pode ler e também que nunca se acaba de ler, ou ainda, que nunca se leu exatamente aquilo que se leu”(LYOTARD, 1993, p.124). Ainda segundo o autor, é nesse sentido que a leitura filosófica de um texto – pois não se trata precisamente da leitura de um “texto filosófico” – é análoga à “anamnese”, no sentido psicanalítico.

Segundo Freire “O educador deve pensar em ensinar, além do conteúdo em sala, o ensinar a filosofar, o ler e o pensar para a construção da consciência coletiva para a formação cidadã e humanizadora”. (1996, p. 141). No entanto, para Marilena Chauí (2009) os manuais de filosofia não se apresentam como instrumentos de precisão para o desenvolvimento do conhecimento filosófico na sala de aula do Ensino Médio. O que proporciona e desenvolve um ensino eficaz da filosofia se subjaz, na prática, na leitura dos textos clássicos em sala de aula. E Severino (2009), endossa esse pensamento afirmando que a leitura filosófica por meio dos textos clássicos nos permite compreender que conhecer a filosofia e compreendê-la corresponde a um exercício de análises dos discursos proferidos pelos filósofos em suas obras, que só podem ser analisadas, compreendidas e discutidas por meio da leitura dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o ensino de filosofia na educação básica nos remete a cada vez mais aprofundar acerca de novas abordagens metodológicas do ensino de filosofia numa perspectiva de uma relação mais próxima entre docentes e discentes, sabendo que não é uma tarefa fácil o processo do ensino da filosofia, pois o que ensinar? como ensinar? e para que ensinar? exigem de nossos professores postura política e compromisso social, eis o grande desafio que tem percorrido o ciclo da história do ensino de filosofia até os dias atuais.

Diante da atual conjuntura, é necessário todo um esforço, sobretudo dos professores de filosofia, de fazer valer o ensino da filosofia voltada às questões ou temas inseridos no convívio social, no ambiente em que se encontram docentes e discentes, pois não podemos separar ou distanciar a filosofia dos seus protagonistas que exercem o ato do pensar e o fazer filosófico. Pode-se dizer que não é muito fácil compreender em que consiste uma aula de filosofia. Talvez isso seja assim porque existem muitos tipos de aulas de filosofia, em uma mesma sala e classe, e isso nem sempre é reconhecido. Devemos ter uma visão mais realista sobre o ensino dessa disciplina, no qual precisamos reconhecer e aprofundar acerca do ensino de Filosofia em nossas aulas.

REFERÊNCIAS

GODÓI, Priscilla Krone de. Como filosofar com as crianças. **Revista Ciência & Vida; Filosofia**, Ano 1, nº 03. São Paulo: Escala 2007.

ARANHA, José Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; **MARTINS**, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

CARRILHO, Manuel M. **Razão e transmissão da filosofia**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de Filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERLETTI, Alejandro; **KOHAN**, Walter. **A Filosofia no Ensino Médio**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia: Ensino Médio**. Volume único. São Paulo: Ática, 2005.

CHAUÍ, Marilena; **MARÇAL**, Jairo. (Org.). **Antologia de textos filosóficos**. Paraná: SEED, 2009.

CHIBLI, Faoze . “**Da eterna procura às salas de aula**”(Entrevista a Mario Sérgio Cortella). Revista Ciência & Vida; Filosofia, Ano 1, nº 03. São Paulo: Escala 2007.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia para uma Geração Consciente**. São Paulo: Ed. Saraiva 1988.

FAVARETTO, C. F. **Sobre o ensino de Filosofia**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 19, n. 1, jan./jun. 1993.

FAVARETTO, C. F. **Unidade e multiplicidade no debate sobre o pós moderno**. São Paulo Ed. Cortez. 1995.

FILHO, M. **O ensino de filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura – Biblioteca Nacional, 1959.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Silvio. **Formação do professor de filosofia e “as três metamorfoses” de Nietzsche**. São Paulo: Papyrus, 2004.

GALLO, Silvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. São Paulo: Papyrus, 2012.

GONTIJO, Pedro; **VALADÃO**, Erasmo Baltazar. **Ensino de filosofia no ensino médio nas escolas públicas no Distrito Federal: história, práticas e sentidos em construção**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, set./dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 20 de mar. 2021.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Por um conhecimento Filosófico**. Trad. bras., Campinas: Papyrus, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HENNING, Leoni M. P. A, **Pedagogia do Pensar: trabalhando a narrativa mítica na sala de aula**. Fragmentos de Cultura, vl. 1, n. 1. Goiânia,2004.

LYOTARD, J. F. **O Pós-Moderno explicado às crianças**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

LYOTARD, J. F. **Pequena perspectivação da decadência de alguns combates minoritários a travar**. In: GRISONI, D. G. Políticas da Filosofia. Lisboa: Moraes, 1983.

MURCHO, Desidério. A natureza da filosofia e o seu ensino. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 79-99, jul./dez. 2008

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães do; **ARAÚJO**, Conceição de Maria Sousa (Org.) **Filosofia, Ensino e Educação**. Teresina, EDUFPI, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC Rio/ Ed. Loyola, 2003.

OBIOLS, Gillerme. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

RUSSELL, B. *The problems of philosophy*. New York: Oxford University Press, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A Filosofia Contemporânea no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, Renivaldo Santos de; FRANCISCO, Odair Benedito. **O Ensino de Filosofia: desafios e novas perspectivas**. Colloquim Humanarum, vol. 13, n. Especial, Jul-Dez, 2016.

TREVISAN, Amarildo Luiz; ROSSATTO, Noeli Dutra (Org.) **Filosofia e Educação – Confluências**. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2004.